Ambiente Segundo dirigente, liberação seguirá critérios exclusivamente "técnicos"

Demarcação deixará de ser 'ideológica', diz chefe da Funai

Matheus Schuch
De Brasília

Escolhido com o aval da poderosa bancada ruralista do Congresso para comandar uma área estratégica do governo, o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier, assegurou que dará sequência aos processos de demarcação de terras indígenas, contrariando afirmações do presidente Jair Bolsonaro, de que não vai ampliar a área destinada a essas comunidades. Xavier argumentou, porém, que os critérios serão modificados, pois entende que houve demarcações de forma "ideológica e açodada". Segundo ele, agora, esses critérios serão "exclusivamente técnicos e científicos".

Em entrevista ao **Valor**, Xavier, que é delegado da Polícia Federal (PF), negou que esteja na Fundação Nacional do Índio para atender a interesses de ruralistas. Disse que sua principal missão é "dar dignidade aos índios". Para isso, pretende apoiar todas as comunidades que desejam desenvolver atividades econômicas, como agricultura, pecuária e turismo.

Xavier assumiu o comando da Funai há quatro meses, substituindo o general da reserva Franklimberg de Freitas, exonerado do cargo após queixas de parlamentares ruralistas.

Entre 2017 e 2018, o atual presidente foi ouvidor da Funai, e alvo de um processo disciplinar após solicitar investigação sobre ONGs e índios em Mato Grosso do Sul. Depois, trabalhou como assessor da bancada ruralista na CPI da Funai, no Congresso, e estreitou laços com o setor. A proximidade gerou críticas de ONGs e outras entidades envolvidas na causa indígena.

Xavier considera sofrer uma "perseguição" injustificada e que precisa de tempo para implementar seu trabalho. Ele acredita que "crenças ideológicas" contaminaram o trabalho do órgão. A ideia vai ao encontro dos discursos de Bolsonaro, que prometeu não fazer novas demarcações sob o argumento de que "tem muita terra para pouco índio" no Brasil. Sua postura se deve a processos de demarcação considerados suspeitos, diz. "Não vai haver liberação açodada e ideológica. Mas onde houver direito [à demarcação], há direito."

Segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), 486 áreas indígenas já foram homologadas no país, somando 106,8 milhões de hectares. Outras 117, com 9,3 milhões de hectares, estão sob análise. E 120 ainda aguardam processo de identificação.

Sócio-fundador do ISA e ex-presidente da Funai (1995-1996), Márcio Santilli entende que o atual governo já poderia ter encaminhado o reconhecimento de terras. Reconhece, porém, que o ritmo de demarcações passou a ser lento ainda no governo Dilma Rousseff. "Mas, neste momento, houve uma ação radical", diz. "Acima do presidente está a Constituição. As comunidades que ainda não tiveram o reconhecimento precisam ter."

Além de defender maior rigor à análise de demarcações, o presidente da Funai pretende incentivar as comunidades indígenas a produzirem em suas terras. Xavier cita como um dos casos favoritos a experiência dos índios paresis, em Mato Grosso, que cultivam grandes lavouras de grãos (como soja, milho e feijão) há mais de 15 anos. Os paresis já foram multados por uso de soja transgênica e responsabilizados por arrendamento das terras, mas nos últimos anos têm adequado as atividades à lei.

JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO

Marcelo Augusto Xavier: Principal missão é dar 'dignidade aos índios'

"Você não demarca para proteger o ambiente, demarca para proteger o índio. A preservação deve seguir a lei ambiental", ressaltou Xavier. "Hoje o protagonismo está na terra, não nos índios. Queremos incluir e dar dignidade a eles."

O presidente da Funai quer facilitar acordos de cooperação entre os líderes das tribos e entidades privadas. Dessa forma, entende ser possível, por exemplo, trocar parte da safra por adubo, sementes e maquinário. Xavier pondera, no entanto, que a iniciativa para desenvolver atividades econômicas dependerá da vontade dos próprios índios.

"Tem uma fila aqui de índios de todos as regiões que têm projetos, que querem se desenvolver. Nosso papel é mediar, dizer o que é viável, encaminhar isso."

Estudioso dos povos indígenas Santilli concorda com o desenvolvimento de atividades econômicas nas aldeias. Diz que é necessário, porém, identificar as potencialidades de cada comunidade e entender que o incentivo às lavouras não resolverá todos os problemas.

Outra medida em gestação no governo e que encontra apoio na presidência da Funai é a autorização para mineração em terras indígenas. Mas o projeto ainda precisa de aval do Congresso. Por isso, Xavier evita comentar o tema e diz que ainda não tratou dessa possibilidade com as comunidades.

Para alemães, acordo com Mercosul só beneficia indústria

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Associações de consumidores e de produtores rurais alemães têm se mostrado céticas em relação ao acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul. A percepção é que ele beneficia apenas a indústria alemã. As grandes dúvidas são em relação à força e eficácia dos itens ambientais acordados e ao compromisso de países como o Brasil de cumpri-los.

Esta é a opinião de dois especialistas alemães que participam hoje do "Encontro Internacional sobre Mudanças Climáticas e Livre Comércio — reflexões sobre como a mudança climática impacta os debates sobre livre comércio". O evento, que acontece no Rio, faz parte da série de debates "Diálogos Futuro Sustentável" promovidos pelo Instituto Clima e Sociedade e pela Embaixada da Alemanha.

"Há um forte ceticismo sobre as provisões ambientais do acordo por dois ângulos: o presidente Jair Bolsonaro disse que retiraria o Brasil do Acordo de Paris, e depois voltou atrás, e os incêndios na floresta", diz Sascha Müller-Kraenner, diretor-executivo da Deutsche Umwelthilfe, uma das grandes ONGs alemãs que atuam com ambiente e consumidores.

Müller-Kraenner diz que entre os consumidores alemães há "percepção negativa" em relação à soja brasileira, que conectam com desmatamento. Os produtores de carne reclamam que seus produtos custam em média 20% a mais do que os importados de Brasil e Argentina. "O argumento é que têm que cumprir regras ambientais, e os outros, não, e por isso perdem competitividade." Ontem 10 mil produtores congestionaram o centro de Berlim com 5 mil tratores para reclamar, entre outras coisas, do acordo UE-Mercosul.

A advogada Cathrin Zengerling, da Universidade Albert-Ludwig de Freiburg, diz que há tendência de fortalecer os quesitos ambientais nos acordos comerciais. "Mas é algo que fica na linguagem, no papel", diz. "O problema é a implementação." Segundo ela, há desequilíbrio entre as sanções previstas na parte comercial e as dos capítulos de ambiente. "Os mecanismos são mais suaves. Estabelecem consultas e, em último caso, um painel de especialistas para apreciar o caso", exemplifica.

Para Cathrin a tramitação do acordo UE-Mercosul é complicada e tem que superar resistências na França, na Irlanda, em Luxemburgo e talvez na Áustria. "Mas não acho que esteja morto", opina.

"Por mais que neste momento existam alguns protagonismos do governo brasileiro tentando fragilizar questões ambientais ou colocando em xeque acordos que o Brasil já firmou, a lógica dos negócios e do mercado não embarca nesta postura", diz Gilson Spanemberg, que durante cinco anos esteve na Apex Brasil e hoje é pesquisador do Global Urban Development (GUD), entidade global que trabalha com políticas públicas e pesquisas em planejamento urbano.

"No início do ano, quando o governo polemizou sobre o Fundo Amazônia e a saída ou não do Brasil do Acordo de Paris, o setor produtivo se manifestou contrário", continua. "Seria um prejuízo para os negócios brasileiros. Vamos ficar claramente isolados."

Segundo ele, as grandes empresas brasileiras são pressionadas e já seguem práticas socioambientais em seus negócios, mas não ocorre o mesmo com as pequenas e médias. Spanemberg, contudo, enxerga aí uma oportunidade de as companhias menores internalizarem tais práticas e abrirem novos mercados para seus produtos.